

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas jurídicas

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA

Título I – Cláusulas gerais do caderno de encargos do acordo quadro (contrato de opção)

Capítulo I – Objeto e execução do acordo quadro

Cláusula 1.^a - Objeto

Cláusula 2.^a - Preço

Cláusula 3.^a - Direito de opção

Cláusula 4.^a - Contratos de empreitada de obras públicas (optativos)

Cláusula 5.^a - Sujeitos e modificação subjetiva nos acordos quadro

Cláusula 6.^a - Vigência do acordo quadro

Cláusula 7.^a - Forma e documentos contratuais

Cláusula 8.^a - Interpretação dos documentos que regem o acordo quadro

Cláusula 9.^a – Cessão da posição contratual no acordo quadro

Cláusula 10.^a – Obrigações gerais dos cocontratantes

Cláusula 11.^a – Suspensão da vigência do acordo quadro

Cláusula 12.^a – Denúncia

Capítulo II – Natureza e celebração de contratos optativos

Cláusula 13.^a – Composição de cada empreitada

Cláusula 14.^a – Preço contratual

Cláusula 15.^a – Procedimento de adjudicação

Cláusula 16.^a – Celebração do contrato

Cláusula 17.^a – Natureza dos contratos de empreitada

Cláusula 18.^a – Execução dos trabalhos de empreitada

Cláusula 19.^a – Fiscalização

Capítulo III – Disposições Finais

Cláusula 20.^a – Deveres de informação

Cláusula 21.^a – Incumprimento do acordo quadro

Cláusula 22.^a – Caução

Cláusula 23.^a – Libertação de caução

Cláusula 24.^a – Foro competente

Cláusula 25.^a – Comunicações e notificações

Cláusula 26.^a – Contagem dos prazos

Título II – Cláusulas gerais do caderno de encargos dos contratos optativos

Capítulo I – Disposições Gerais

- Cláusula 1.^a – Objeto
- Cláusula 2.^a – Disposições por que se rege a empreitada
- Cláusula 3.^a – Projeto
- Cláusula 4.^a – Preparação e planeamento da execução da obra
- Cláusula 5.^a – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos
- Cláusula 6.^a – Prazo de execução da empreitada
- Cláusula 7.^a – Cumprimento do plano de trabalhos
- Cláusula 8.^a – Multas por violação dos prazos contratuais
- Cláusula 9.^a – Atos e direitos de terceiros

Capítulo II – Execução da Empreitada

- Cláusula 10.^a – Condições de execução dos trabalhos
- Cláusula 11.^a – Erros e omissões do projeto e de outros documentos
- Cláusula 12.^a – Menções obrigatórias no local dos trabalhos
- Cláusula 13.^a – Medições
- Cláusula 14.^a – Ensaaios
- Cláusula 15.^a – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
- Cláusula 16.^a – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra
- Cláusula 17.^a – Outros encargos do empreiteiro
- Cláusula 18.^a – Obrigações gerais
- Cláusula 19.^a – Segurança, higiene e saúde no trabalho
- Cláusula 20.^a – Acidentes de trabalho, medicina no trabalho e segurança do pessoal
- Cláusula 21.^a – Contratos de seguro
- Cláusula 22.^a – Outros sinistros

Capítulo III – Preço e condições de pagamento

- Cláusula 23.^a – Preço e condições de pagamento
- Cláusula 24.^a – Reforço da caução
- Cláusula 25.^a – Mora no pagamento
- Cláusula 26.^a – Revisão dos preços
- Cláusula 27.^a – Deduções nos pagamentos e direito de retenção

Capítulo IV – Representação e Controlo da Execução do Contrato

- Cláusula 28.^a – Representação do empreiteiro
- Cláusula 29.^a – Representação do dono da obra
- Cláusula 30.^a – Livro de registo da obra

Capítulo V – Receção e Liquidação da Obra

Cláusula 31.^a – Receção provisória

Cláusula 32.^a – Prazo de garantia

Cláusula 33.^a – Receção definitiva

Cláusula 34.^a – Restituição de depósitos e quantias retidas e liberação da caução

Capítulo VI. - Disposições Finais

Cláusula 35.^a – Deveres de informação

Cláusula 36.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 37.^a – Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 38.^a – Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 39.^a – Foro competente

Cláusula 40.^a – Contagem dos prazos

Anexos ao Caderno de Encargos

Anexo I – Modelos para prestar caução;

Anexo II – Minuta de contrato de empreitada;

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Gerais

Acordo Quadro

Capítulo I – Objeto e execução do Acordo Quadro

Cláusula 1.^a

(Objeto)

1.- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo quadro a outorgar com o empreiteiro selecionado no âmbito do concurso público que tem por objeto a celebração de um **Acordo Quadro singular para a execução de obras na via pública** inseridas na esfera de responsabilidade do Município de Braga.

2.- O acordo quadro (contrato de opção) será singular, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*, e terá por objeto a atribuição ao contraente público, do direito de celebrar, com o adjudicatário, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas.

Cláusula 2.^a

(Preço)

Com a celebração do acordo quadro o empreiteiro atribui ao contraente público o direito previsto na cláusula seguinte a título gratuito, razão pela qual o acordo quadro, por si só, não gera para o contraente público a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for.

Cláusula 3.^a

(Direito de opção)

1.- Com a celebração do acordo quadro (contrato de opção), o empreiteiro cocontratante atribuirá ao contraente público o direito de vir a celebrar vários contratos de empreitada de obras públicas (contratos optativos) que terão, cada um deles, por objeto a execução dos trabalhos constante do **Anexo IV** ao programa do procedimento.

2.- Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o direito de opção a que alude o n.º 1 da presente cláusula e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos.

3.- O exercício, pelo contraente público do direito de opção, nos termos previstos neste caderno de encargos, determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada.

4.- A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, este obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- O contraente público poderá determinar, de forma simultânea ou sucessiva, a conclusão de múltiplos contratos de empreitada de obras públicas.

Cláusula 4.^a

(Contratos de empreitada de obras públicas (optativos))

1.- O acordo quadro apenas vincula o empreiteiro relativamente a contratos de empreitada que tenham por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no **Anexo IV** ao programa do concurso.

2.- O exercício do direito de opção que determinará a conclusão do contrato proceder-se-á por intermédio de procedimento simplificado, nos termos do n.º 2 do artigo 258.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 5.^a

(Sujeitos e modificação subjetiva nos contratos)

1.- O acordo quadro será outorgado entre o contraente público e o empreiteiro sobre cuja proposta tenha recaído a decisão de adjudicação.

2.- As empresas do concorrente, no caso de este ser composto por mais do que uma entidade, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme for sua opção, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contraente público poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o empreiteiro adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

Cláusula 6.^a

(Vigência do acordo quadro)

1.- O acordo quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique.

2.- O contraente público poderá exercer o direito previsto na cláusula 3.^a até ao último dia daquele prazo fixado no número anterior.

Cláusula 7.^a

(Forma e documentos contratuais)

1.- O acordo quadro será celebrado por escrito, nos termos definidos no programa do procedimento.

2.- Consideram-se integrados no acordo quadro, fazendo dele parte integrante para todos os efeitos, os seguintes documentos:

- a) O clausulado contratual;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
- f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 8.^a

(Interpretação dos documentos que regem o acordo quadro)

1.- No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 do artigo anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do acordo quadro, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos* e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

3.- Qualquer cláusula, condição ou reserva inserta na proposta do adjudicatário não admitida pelo programa do procedimento e que tenha inadvertidamente subsistido ao crivo da análise da proposta considera-se, para todos os efeitos, como não escrita e, como tal, inexistente.

Cláusula 9.^a

(Cessão da posição contratual)

O empreiteiro não poderá ceder a sua posição no acordo quadro, ou qualquer dos direitos ou das obrigações que dele decorrem, sem prejuízo do disposto nos artigos 317.º, 318.º e 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 10.^a

(Obrigações gerais do cocontratante)

Constituem obrigações do empreiteiro cocontratante do acordo quadro:

- a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do acordo quadro;
- b) Comunicar antecipadamente ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução das empreitadas, bem como fornecer todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, representantes legais, situação jurídica ou comercial;
- f) Executar as empreitadas que lhe forem adjudicadas com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- g) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento do contraente público qualquer informação recebida desta, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com o objeto do acordo quadro;
- h) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do contraente público ou dos seus representantes;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo contraente público.

Cláusula 11.^a

(Suspensão de vigência do acordo quadro)

1.- O contraente público pode, em qualquer momento, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a vigência do acordo quadro.

2.- O adjudicatário não poderá exigir qualquer indemnização ao contraente público, com fundamento na suspensão total ou parcial do acordo quadro.

Cláusula 12.^a

(Denúncia)

1.- Cumpridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, o contraente público poderá livremente denunciar o acordo quadro, mediante notificação escrita dirigida ao adjudicatário com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos.

2.- Com a cessação de efeitos do acordo quadro, o contraente público poderá, querendo, promover a celebração de um novo instrumento contratual de conteúdo semelhante.

Capítulo II – Natureza e celebração de contratos optativos

Cláusula 13.^a

(Composição de cada empreitada)

Cada empreitada poderá compreender a execução de apenas um tipo de trabalhos constante do mapa de trabalhos e quantidades (Anexo IV ao programa do procedimento) ou uma multiplicidade deles num mesmo local ou em locais distintos.

Cláusula 14.^a

(Preço contratual)

1.- Os preços unitários de referência indicados no mapa de trabalhos que integram o **Anexos IV** ao programa do procedimento representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O preço contratual de cada empreitada será apurado por aplicação do somatório dos preços unitários oferecidos na proposta adjudicada que integram o acordo quadro às quantidades de trabalhos a executar e constantes do mapa de trabalhos identificados pelo contraente público.

Cláusula 15.^a

(Procedimento de adjudicação)

1.- Identificada uma necessidade de intervenção, o contraente público notificará o empreiteiro, por correio eletrónico, da adjudicação da empreitada, notificação essa que compreenderá os elementos seguintes:

- a) A identificação da entidade adjudicante e do empreiteiro adjudicatário;
- b) A indicação do ato de adjudicação e da aprovação da respetiva notificação que, para todos os efeitos, consubstanciará o título contratual;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual, resultante da aplicação dos preços unitários constantes do acordo quadro ao tipo de trabalhos a executar no âmbito da empreitada adjudicada, traduzida na lista de preços unitários;
- e) O prazo de execução da obra;
- f) A caução a ser prestada pelo adjudicatário para a execução da obra, por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*;
- g) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a

indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição da despesa;

- h) A referência aos documentos de habilitação que devem ser apresentados pelo empreiteiro adjudicatário no prazo máximo de 2 (dois) dias;
- i) A minuta do contrato sobre a qual deve o empreiteiro pronunciar-se;
- j) A data da consignação da obra;
- k) O projeto de execução e demais elementos constantes do artigo 43.º do *Código dos Contratos Públicos*, salvo se houver lugar à aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 42.º daquele Código;
- l) Projeto de gestão de resíduos de construção, se aplicável.

2.- A notificação a que alude o número anterior corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na cláusula 3.ª das cláusulas gerais do presente caderno de encargos e, portanto, à conclusão do contrato de empreitada.

3.- As notificações referidas no n.º 1 consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição, cabendo ao empreiteiro assegurar a operacionalidade e capacidade do seu sistema de comunicações, de molde a assegurar as comunicações eletrónicas previstas.

Cláusula 16.ª

(Celebração do contrato)

1.- Até à data da consignação da empreitada, a definir nos termos previstos no n.º 1 da cláusula anterior, o empreiteiro depositará na sede do contraente público, para além dos demais elementos indispensáveis à execução dos trabalhos:

- a) Plano de trabalhos e o plano de pagamentos ajustados à obra;
- b) O plano de segurança e saúde em fase de obra ou fichas de procedimento de segurança, caso a natureza da mesma o justifique nos termos da legislação aplicável, nomeadamente Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro;
- c) Plano/projeto de condicionamento de trânsito;
- d) Requerimento para emissão de licença especial de ruído, quando aplicável.

3.- Os contratos de empreitada conformar-se-ão, todos, com a minuta que integra o **Anexo II** ao presente caderno de encargos.

Cláusula 17.ª

(Natureza dos contratos de empreitada)

Os contratos de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro assumem a natureza de intervenções de manutenção em vias de comunicação, a serem executadas com

caráter urgente, atento o prejuízo que a persistência do mesmo provoca ao respetivo património público ou para a sua utilização.

Cláusula 18.ª

(Execução dos trabalhos de empreitada)

1.- Os trabalhos a executar no âmbito dos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas celebrados ao abrigo do acordo quadro podem executados em período noturno, correspondente a 40% da totalidade do objeto de cada contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- A execução em período noturno dos trabalhos adjudicados não importa o pagamento de qualquer importância acrescida ao empreiteiro, considerando-se, para efeitos de pagamento, os preços unitários garantidos por aquele no acordo quadro.

3.- O contraente público reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os de alguma empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos nos contratos (optativos), ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

4.- Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o empreiteiro de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

Cláusula 19.ª

(Fiscalização)

O contraente público procederá à fiscalização dos contratos de empreitadas, reservando-se os poderes que estão confiados ao dono da obra no *Código dos Contratos Públicos*.

Capítulo III – Disposições Finais

Cláusula 20.ª

(Deveres de informação)

1.- Cada uma das partes outorgantes do acordo quadro deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução dos contratos celebrados ou a celebrar, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2.- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 21.^a

(Incumprimento do acordo quadro)

1.- O incumprimento pelo empreiteiro das obrigações que lhe estão fixadas no acordo quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo, confere ao contraente público o direito à resolução do acordo quadro.

2.- Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:

- a) Não comparência na sede do contraente público para outorgar um contrato de empreitada;
- b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pelo contraente público;
- c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;
- d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do acordo quadro;
- e) O incumprimento, por parte do empreiteiro, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- f) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas ao contraente público;
- h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

3.- O exercício do direito de resolução previsto no n.º 1 da presente cláusula terá lugar mediante notificação a dirigir ao empreiteiro, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento.

4.- Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposos do empreiteiro constituir-se-á este na obrigação de indemnizar o contraente público pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-liquida em € 10.000,00 (dez mil euros).

5.- Havendo lugar à responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito do contraente público executar a caução prestada a seu favor.

6.- Caso a caução prestada pelo adjudicatário não assegure o ressarcimento do contraente público, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder

à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

7.- A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas.

8.- O disposto nos números precedentes não obsta a que o contraente público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 22.ª

(Caução)

1.- O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a **€ 10.000,00 (dez mil euros)**, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo quadro.

2.- A caução referida no número anterior garantirá, igualmente, as obrigações emergentes de cada um dos contratos optativos sempre que aquelas que, para aquele específico efeito, tiverem sido prestadas não se mostrem suficientes para satisfazer o eventual crédito da entidade adjudicante.

3.- Para efeitos de garantia do cumprimento das obrigações emergentes de cada um dos contratos (optativos) de empreitada a ser celebrado ao abrigo do acordo quadro, o adjudicatário prestará garantia autónoma, nos termos e condições previstas no n.º 4, de montante equivalente a 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, decisão que fica na disponibilidade da entidade adjudicante.

4.- Os termos para a prestação da caução constam do **Anexo I** a este caderno de encargos

5.- A caução prestada manter-se-á válida até ao termo do prazo de vigência do acordo quadro.

6.- O contraente público pode considerar integralmente perdida a seu favor a caução prestada pelo adjudicatário em caso de rescisão do acordo quadro nos termos previstos na cláusula 21.ª.

7.- A entidade garante obrigar-se-á a entregar imediatamente, à primeira solicitação, ao contraente público, as importâncias que esta solicite, por escrito, até ao valor da caução, não podendo escusar-se a fazê-lo sob qualquer pretexto ou fundamento.

8.- A garantia manter-se-á válida até que o contraente público declare por escrito a cessação de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário.

Cláusula 23.^a

(Libertação da caução)

1.- No prazo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais impostas pelo acordo quadro e pelos contratos celebrados ao seu abrigo por parte do empreiteiro, o contraente público promoverá a libertação da caução a que se refere o artigo anterior.

2.- A libertação da caução, pelo contraente público será precedida de uma notificação do empreiteiro declarando estarem cumpridas todas as respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 24.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do acordo quadro fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

(Comunicações e notificações)

1.- As comunicações e notificações feitas durante a execução do acordo quadro, entre o contraente público e o empreiteiro devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o contraente público, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

5.- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas podem ser dirigidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

6.- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no acordo quadro são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Gerais

Contratos Optativos

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

(Objeto)

As cláusulas seguintes referem-se aos contratos de empreitada (optativos) a celebrar ao abrigo do acordo quadro com cocontratante empreiteiro do ***Acordo Quadro singular para a execução de obras na via pública*** no Município.

Cláusula 2.^a

(Disposições por que se rege a empreitada)

A execução do contrato obedece:

- a) Ao presente caderno de encargos;
- b) Ao *Código dos Contratos Públicos*, doravante “CCP”;
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.

Cláusula 3.^a

(Projeto)

O projeto/as especificações técnicas a considerar para a realização da empreitada será fornecido pelo dono da obra com a notificação ao empreiteiro para proceder à execução dos trabalhos empreendidos naquele contrato (optativo), disponibilizando-lhe todos os elementos necessários à execução da empreitada.

Cláusula 4.^a

(Preparação e planeamento da execução da obra)

- 1.- O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor.

2.- A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3.- O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos na alínea g);

- h) A elaboração de documento do qual conste fichas de segurança, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 5.^a

(Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos)

- 1.- O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2.- No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3.- Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
- 4.- Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 5.- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
- 6.- Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.
- 7.- Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Cláusula 6.^a

(Prazo de execução da empreitada)

- 1.- O empreiteiro obriga-se a iniciar a execução da obra na data da consignação e a concluí-la no **prazo a definir** com a notificação ao empreiteiro para a execução da empreitada, contados daquela.

2.- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 7.ª

(Cumprimento do plano de trabalhos)

1.- O empreiteiro informa com a periodicidade definida no caderno de encargos o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, sempre com referência aos meios humanos e materiais que, no período em causa, estiveram efetivamente afetos aos trabalhos.

2.- Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3.- No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável a disciplina prevista no caderno de encargos.

Cláusula 8.ª

(Multas por violação dos prazos contratuais)

1.- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.

2.- O dono da obra poderá aplicar as sanções contratuais previstas nos termos dos números anteriores até à notificação da conta final da empreitada.

Cláusula 9.ª

(Atos e direitos de terceiros)

1.- Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2.- No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as

providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Capítulo II – Execução da Empreitada

Cláusula 10.^a

(Condições gerais de execução dos trabalhos)

1.- As empreitadas devem ser executadas de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com as condições técnicas exigidas para a completa execução dos trabalhos.

2.- Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas na legislação em vigor e as regras da arte.

3.- Caberá ao empreiteiro transmitir a quem execute os trabalhos as ordens, instruções e informações necessárias à boa prestação do trabalho em conformidade com as determinações do contraente público.

Cláusula 11.^a

(Erros ou omissões do projeto e de outros documentos)

1.- O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como as ordens, avisos e notificações recebidas.

2. - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspecto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

3.- O empreiteiro não poderá executar quaisquer trabalhos de suprimento de erros e omissões sem receber, do dono da obra, ordem expressa para o efeito.

4.- Só será ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões não exceder 5% do preço contratual.

5.- O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

6.- O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra, sem prejuízo dos números seguintes.

7.- O empreiteiro é ainda responsável, agora a título integral, pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, sendo ou não exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, tendo já sido consignada a obra, não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

8.- O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja deteção fosse exigível na fase de formação do contrato e, não o tendo sido, apenas tenham sido identificados pelo empreiteiro depois de esgotado o prazo indicado no número anterior.

9.- Salvo nos casos de manifesta impossibilidade técnica, considera-se, para efeitos do disposto nos números anteriores, que o erro ou omissão é detetável desde o momento em que o mesmo seja de possível e razoável identificação a partir da análise das peças escritas e desenhadas do projecto e por confronto com as condições do local da obra.

Cláusula 12.ª

(Menções obrigatórias no local dos trabalhos)

1.- Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2.- O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3.- O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos colectivos de trabalho aplicáveis.

4.- Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 13.^a

(Medições)

1.- As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2.- As medições são efetuadas com a periodicidade prevista no caderno de encargos.

3.- Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 14.^a

(Ensaios)

1.- Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2.- Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3.- No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 15.^a

(Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados)

1.- Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2.- Do mesmo modo, são da responsabilidade do empreiteiro a obtenção de todas as licenças indispensáveis à execução dos trabalhos, designadamente a licença especial de ruído.

3.- No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 16.^a

(Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra)

1.- O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2.- Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

3.- Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4.- No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do Código dos Contratos Públicos, a efetuar nos seguintes termos:

- a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra; e
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 17.^a

(Outros encargos do empreiteiro)

1.- Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2.- Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento, quando exigíveis, e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 18.^a

(Obrigações gerais do empreiteiro)

1.- São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3.- A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4.- As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 19.^a

(Segurança, higiene e saúde no trabalho)

1.- O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2.- O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Cláusula 20.^a

(Acidentes de trabalho, medicina no trabalho e segurança do pessoal)

1.- O empreiteiro obriga-se a cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor relativo a acidentes de trabalho e medicina no trabalho relativamente a todo o pessoal, sendo da sua conta os encargos que de tal resultarem.

2.- O empreiteiro é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional.

Cláusula 21.^a

(Contratos de seguro)

1.- O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a

apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2.- O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3.- O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas no presente capítulo, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4.- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5.- O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6.- Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7.- Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8.- Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 22.^a

(Outros sinistros)

1.- O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.

2.- O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os

meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3.- O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anterior deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4.- No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

Capítulo III – Preço e condições de pagamento

Cláusula 23.^a

(Preço e condições de pagamento)

1.- Os preços unitários de referência indicados no mapa de trabalhos que integram o **Anexos IV** ao programa do procedimento representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o dono da obra pagará ao empreiteiro a quantia total indicada na sua proposta, por aplicação do somatório dos preços unitários oferecidos na formação do acordo quadro às quantidades de trabalhos executados, sem prejuízo do n.º 9.

2.- O IVA será liquidado nos termos do disposto da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA.

3.- Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com previsto no presente caderno de encargos.

4.- Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

5.- As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

6.- Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

7.- No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a

respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

8.- O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

9.- O empreiteiro, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 97.º do CCP, será remunerado pelas prestações contratuais que executar, não estando ali compreendido o pagamento de quaisquer trabalhos que, apesar de previstos nas medições, não tenham sido efetivamente executados.

Cláusula 24.ª

(Reforço da caução)

1.- Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante previsto no caderno de encargos.

2.- O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 25.ª

(Mora no pagamento)

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento da obrigação de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juros de mora fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

Cláusula 26.ª

(Revisão de preços)

A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução das empreitadas, será efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, obedecendo à fórmula de estradas (F10).

Cláusula 27.ª

(Deduções nos pagamentos e direito de retenção)

De todos os pagamentos a efetuar ao empreiteiro, o contraente público deduzirá as importâncias necessárias à liquidação das multas que eventualmente lhe tenham sido

aplicadas e todas as demais quantias que lhe sejam legal ou contratualmente exigíveis, designadamente para efeitos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Capítulo IV – Representação e Controlo da Execução do Contrato

Cláusula 28.ª

(Representação do empreiteiro)

1- Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa entre as partes, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2.- As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

3.- Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

Cláusula 29.ª

(Representação do dono da obra)

Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou por acordo das partes, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

Cláusula 30.ª

(Livro de registo da obra)

O empreiteiro organizará um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

Capítulo V – Receção e Liquidação da Obra

Cláusula 31.^a

(Receção provisória)

1.- A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2.- A receção provisória da obra fica exclusivamente dependente da inexistência de vícios na obra, independentemente da obra já se encontrar, ou não, em utilização à data da vistoria ou posteriormente.

Cláusula 32.^a

(Prazo de garantia)

1.- O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis;

2.- Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3.- Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 33.^a

(Receção definitiva)

1.- No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, será realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2.- Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3.- A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4.- No caso de a vistoria referida n.º 1 da cláusula 32.ª permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixará o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 34.ª

(Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução)

1.- Feita a receção definitiva de toda a obra serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, salvo se persistir crédito exigido pelo contraente público no âmbito da execução do contrato, não satisfeito pelo empreiteiro.

2.- Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos legalmente previstos.

3.- No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Capítulo VI - Disposições Finais

Cláusula 35.ª

(Deveres de informação)

1.- Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.

2.- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3.- No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 36.ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

1.- O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

3.- Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4.- O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5.- O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6.- No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do Código dos Contratos Públicos, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7.- A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8.- A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 37.ª

(Resolução do contrato pelo dono da obra)

1.- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- k) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- l) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- m) Se não foram corrigidos os defeitos detectados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- n) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2.- A resolução sancionatória do contrato de empreitada, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo co-contratante, constitui o dono da obra no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 10% do preço contratual.

3.- O disposto no número precedente não obsta a que o dono da obra, exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

4.- A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao dono da obra o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância.

5.- Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante indemnizatório devido deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

6- O dono da obra, pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos, proceder à resolução do contrato por razões de interesse público de que dará conhecimento ao adjudicatário.

7- Na hipótese prevista no número anterior, o dono da obra indemnizará o adjudicatário pelos danos emergentes e lucros cessantes no montante que se pré-liquida em 10% do valor das prestações contratuais por executar.

Cláusula 38.ª

(Resolução do contrato pelo empreiteiro)

1.- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- g) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do Código dos Contratos Públicos, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2.- No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se

revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3.- O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4.- Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 39.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 40.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.